



# Índice

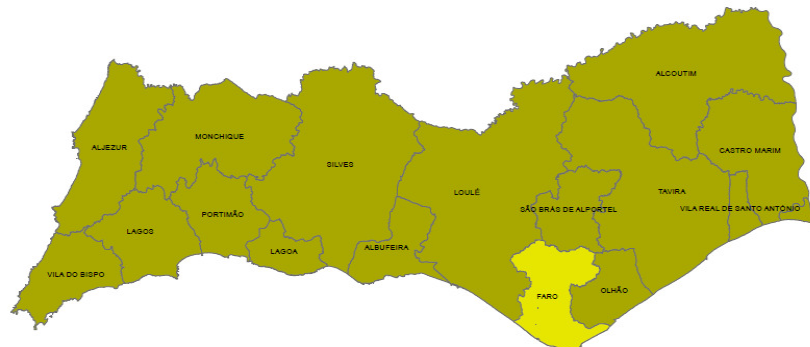
## Anexo 1 Diagnóstico local e regional



## Diagnóstico local e regional

O concelho de Faro situa-se na zona do sotavento da Região do Algarve (NUTS II Algarve), que se encontra contornada a Sul e a Oeste pelo Oceano Atlântico. O concelho de Faro tem contiguidade a Norte com o concelho de S. Brás de Alportel, a Oeste com o de Loulé, e a Este com o de Olhão. É atravessado por um troço da Via do Infante (A22) e pela Estrada Nacional 125, que constituem as principais vias estruturantes da região.

**Figura 1:** Mapa da divisão administrativa da Região do Algarve, com destaque do concelho de Faro



**Fonte:** Divisão de SIG, CM Faro, 2007, in “Relatório de Avaliação da Execução do Plano Director Municipal de Faro, 2008”, adaptado à nova delimitação administrativa entre Loulé e Faro fixada pela Lei 61/2012, de 05/12.

**Figura 2:** Mapa da divisão administrativo do concelho de Faro



**Fonte:** INE Censos 2001, in “Relatório de Avaliação da Execução do Plano Director Municipal de Faro, 2008”, adaptado à nova delimitação administrativa entre Loulé e Faro fixada pela Lei 61/2012, de 05/12.

O concelho de Faro tem uma área de 202,55 km<sup>2</sup><sup>1</sup>, conforme decorre da nova delimitação administrativa entre Loulé e Faro aprovada por deliberação da Câmara Municipal de Faro de 11 de julho de 2012 e da Assembleia Municipal de Faro de 27 de julho de 2012, que representa aproximadamente 4% da área total da região do Algarve, e tem uma população residente de 64.560 habitantes<sup>2</sup>, o que representa 14,1% da população residente no Algarve. Este concelho agrega 6 freguesias e 61 lugares. As freguesias de S. Pedro, Sé,

<sup>1</sup> Câmara Municipal de Faro, Divisão de Sistemas de Informação e Comunicações/SIG, Agosto de 2012

<sup>2</sup> INE, Censos 2011, dados provisórios



e Montenegro são consideradas áreas predominantemente urbanas; Santa Bárbara de Nexe e Conceição são consideradas áreas medianamente urbanas e Estoi enquadra-se nas áreas predominantemente rurais.

No que toca à evolução demográfica, a população residente do concelho cresceu ao longo de todo o século XX, com exceção do decénio de 60 que viu a população decrescer em cerca de 13%, fruto do fenómeno da emigração que, à data, o país e a região assistiram e a que o concelho de Faro não ficou alheio. Contudo, no decénio seguinte, o concelho assistiria ao aumento populacional mais significativo de todo o século, vendo a sua população residente crescer em cerca de 46%. A partir daí manteve-se uma dinâmica populacional positiva, observando-se uma taxa de crescimento quase constante entre os 11% (2011) e os 14% (2001), ligeiramente abaixo das taxas de crescimento registadas para o Algarve.

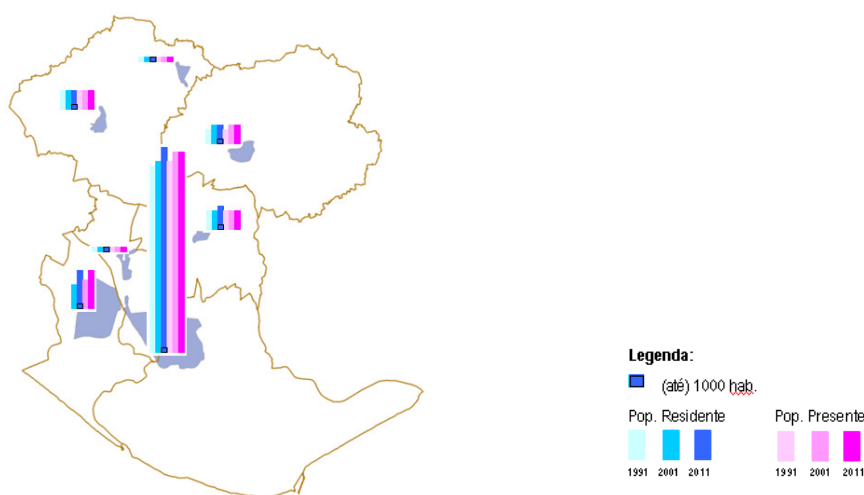
De acordo com os Censos de 2011 – Resultados provisórios, o concelho de Faro apresenta uma densidade populacional de 319,84 hab./Km<sup>2</sup>, tendo, à data do levantamento censitário, uma população residente que o coloca como o segundo concelho da região com maior população residente (atrás de Loulé).

As freguesias que apresentaram maior taxa de crescimento demográfico nas últimas duas décadas foram as freguesias da Conceição e do Montenegro, 23,5% e 52,7%, respetivamente (denote-se que a freguesia do Montenegro apenas foi criada no dia 20 de Junho de em 1997, tendo “ganho” residentes à custa da freguesia de S. Pedro, pois que constituiu um desdobramento desta). As freguesias que menos cresceram em população residente na última década foram as freguesias de St<sup>a</sup>. Bárbara de Nexe e Estoi (ambas do interior).

No que toca à população presente, a cidade de Faro perde, no último decénio, população presente proporcionalmente à população residente no mesmo período, o que poderá representar uma tendência para a redução do nº de pessoas que aqui vive e trabalha diariamente, situação que merece ser acompanhada com alguma atenção.

A figura seguinte representa graficamente a relação, arredondada ao milhar, entre população residente e presente nos principais aglomerados urbanos do concelho, nos três últimos momentos censitários.

**Figura 3:** Representação gráfica comparativa (arredondada ao milhar) entre população residente e população presente por aglomerado urbano mais representativo do concelho de Faro, em 1991\*, 2001\* e 2011\*\*



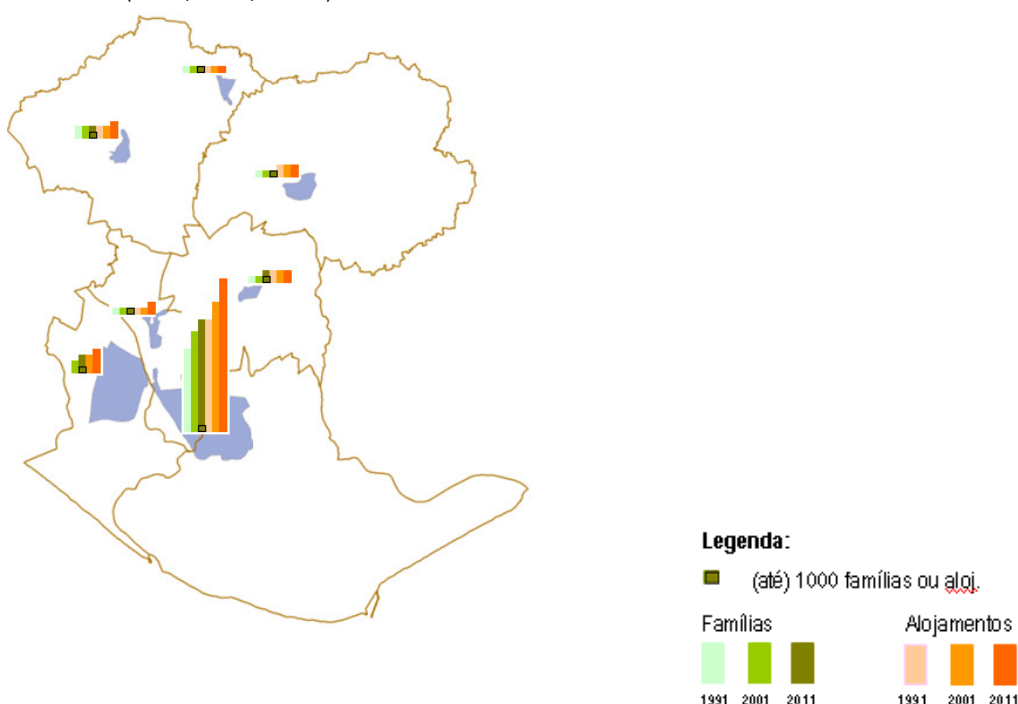
Fonte: INE – Censos 1991\*, 2001\* e 2011\*\* (\*dados definitivos; \*\* dados provisórios)



A densidade populacional decorre da análise da distribuição da população, permite-nos identificar a sua concentração espacial e expressa-se em número de habitantes/km<sup>2</sup>. O concelho de Faro apresenta a segunda maior densidade populacional da região (atrás de Olhão).

Extrapolando a análise da densidade para os edifícios e alojamentos, verificamos que Faro apresenta valores muito acima das médias regionais. De facto e de acordo com os Censos de 2011 – Resultados provisórios, o concelho de Faro apresenta uma densidade de 85,42 edifícios/km<sup>2</sup> contra 39,8 edifícios/km<sup>2</sup> do Algarve e 188,17 alojamentos/km<sup>2</sup> contra 75,68 alojamentos/km<sup>2</sup> correspondente à densidade de alojamentos da região.

**Figura 4:** Variação (arredondada ao milhar) entre as famílias e os alojamentos no concelho de Faro em 3 momentos censitários consecutivos (1991\*; 2001\*; 2011\*\*)



**Fonte:** INE – Censos 1991\*; 2001\* e 2011\*\* (\*dados definitivos; \*\*dados provisórios)

Pela leitura da figura anterior verificamos que, na generalidade das freguesias, a oferta de alojamentos é bastante superior ao número de famílias, com exceção da freguesia de Santa Bárbara de Nexe, onde essa superioridade apenas se fez sentir nos dados provisórios dos últimos censos (2011).

Onde essa disparidade mais se faz sentir é na cidade de Faro, que engloba as freguesias de S. Pedro e da Sé. De facto, existe na sede do concelho um excesso de oferta de habitação comparativamente ao número de famílias, com uma diminuição dessa diferença no censo de 2001.

Verifica-se que no momento atual existe uma capacidade confortável para absorver um maior número de famílias residentes em todas as freguesias, com exceção da freguesia da Conceição que viu o número de famílias crescer consideravelmente no censo de 2011.

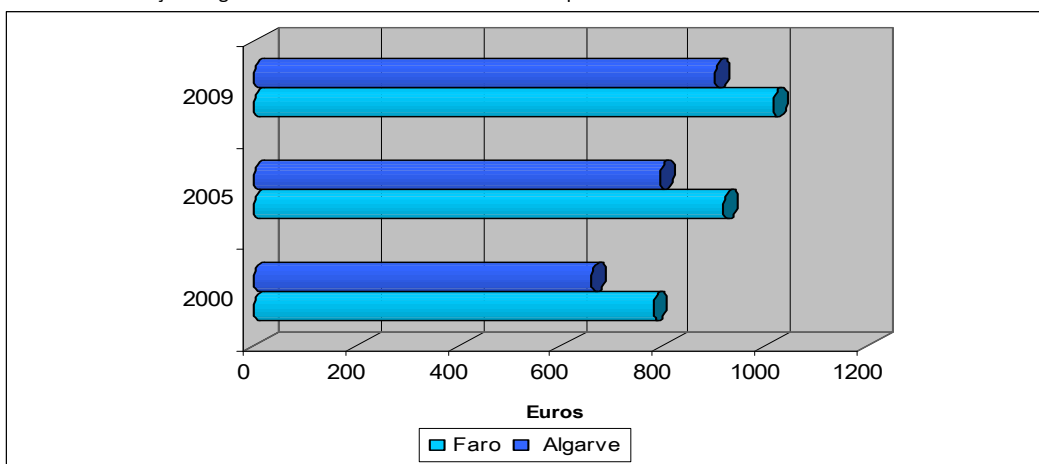
Em termos de estrutura etária, podemos verificar que de acordo com os resultados provisórios dos últimos censos (2011), o concelho de Faro apresenta uma população jovem, apenas 18% da população tem



65 ou mais anos. No que respeita ao peso da população ativa, esta assume uma representatividade de 67%. À escala da freguesia, verificamos que as freguesias que apresentam maior percentagem de população jovem são as freguesias urbanas, da faixa sul e litoral do concelho, e a freguesia da Conceição (com 15,5% de pop. Jovem). O mesmo acontece com a percentagem da população ativa. Já com o grupo de população idosa sucede o contrário, as freguesias com maior percentagem de população deste grupo etário são as duas do interior do concelho, Santa Bárbara de Nexe e Estoi, que se inserem já na faixa do barrocal, e que revelam maior tendência de envelhecimento.

No que se refere aos indicadores que medem o nível de vida, podemos verificar, pela leitura do gráfico seguinte, que é evidente a preponderância do ganho médio mensal da população residente em Faro relativamente à Região. Para tal contribuirá a concentração do emprego qualificado em Faro, decorrente da elevada presença de serviços desconcentrados da Administração Central, de equipamentos com influência regional, como o Hospital Distrital de Faro, a Universidade e o Aeroporto, e de empresas especializadas atraídas pela proximidade dos serviços administrativos e equipamentos dos quais dependam para o seu exercício.

**Gráfico 1** – Evolução do ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem



**Fonte:** INE - Anuários Estatísticos da Região Algarve – 2000, 2006 e 2010

De facto, o indicador do ganho médio mensal, também nos indica que os rendimentos auferidos pelos trabalhadores por conta de outrem no sector terciário são, no concelho de Faro, superiores à média regional. O mesmo se regista no sector secundário.

Apenas o sector primário apresenta salários, no concelho de Faro, inferiores à média regional. O que se compreende pela forte vocação do aglomerado urbano de Faro para os serviços que, ao longo do tempo e de um modo geral, tem retirado expressividade ao sector primário no concelho, apesar de os terrenos da Campina de Faro serem considerados dos mais férteis da região e apresentarem, nos últimos anos, um dinamismo interessante. De facto a agricultura tem-se revelado um sector competitivo e especializado na produção intensiva de produtos hortícolas e hortofrutícolas, em regime de forçagem e semiforçagem, sobretudo no sul do concelho – zona da Campina – onde também se verifica uma forte pressão urbanística.

Em termos de planeamento territorial, podemos dizer que Faro, decorrente do seu estatuto de capital de distrito e da posição que ocupa na rede urbana nacional, tem uma larga tradição na atividade de ordenar e planear o seu território.

De facto, em 1945 o arquiteto João Aguiar traça o primeiro Plano Geral de Urbanização da cidade, que já apresentava, à época, algum congestionamento. A cidade que nos chega à época de João Aguiar, é uma cidade cuja evolução lenta a mantinha agarrada a uma malha, intrincada e pouco adaptada às novas exigências urbanas de mobilidade e de trocas comerciais, que a implantação da indústria e do caminho-de-ferro impunham, situação agudizada com a presença do automóvel. No âmbito das comunicações intraurbanas,



são detetados, à altura, vários problemas, todas as artérias que atravessavam a cidade convergiam para o núcleo comercial e oficial.

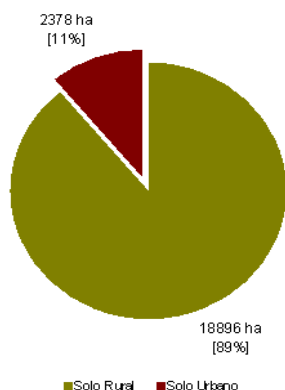
As novas áreas urbanas tendem a organizar-se em células, substituindo o anterior esquema tradicional de estruturas contínuas. É criada uma nova zona industrial, ligada ao cais comercial (a nascente da cidade). Faro adquire dimensão regional com a presença de novos equipamentos como o Aeroporto, o Hospital Distrital, a Universidade do Algarve e as sedes dos principais organismos públicos.

A forte pressão urbanística sobre os aglomerados urbanos do litoral que caracterizou o Algarve no último quartel do século XX não poupou a cidade de Faro, cujo planeamento urbanístico não conseguiu acompanhar o dinamismo privado, baseando-se em estudos urbanísticos que não chegaram a ganhar eficácia jurídica. Nesta sequência, a cidade assiste à expansão da sua malha urbana para além da segunda circular (Av. Calouste Gulbenkian) à luz de uma gestão urbanística, baseada nos estudos existentes que eram utilizados como instrumentos orientadores da administração do território. O certo é que tais estudos e planos, os quais podemos, nostalgicamente, apelar de planos históricos, garantiram a estrutura base da funcionalidade da cidade que chegou até aos dias de hoje, tanto em termos de estrutura viária hierarquizada, como na disponibilidade de solo para equipamentos em localizações estratégicas e que, sem sombra de dúvida, cobriram as necessidades da capital da região até ao virar do século XXI.

O primeiro plano municipal de ordenamento do território com natureza jurídica vinculativa para a iniciativa privada que o concelho de Faro teve, foi o seu PDM (Plano Diretor Municipal), publicado em dezembro de 1995. Este instrumento de gestão territorial, para além de definir os princípios de ordenamento das atividades humanas com expressão territorial, em articulação com as medidas de proteção e salvaguarda do ambiente e recursos naturais, com vista ao desenvolvimento sustentável do território, incorporou uma forte componente estratégica, ou seja, foram definidos não só objetivos relativos ao ordenamento físico e à preservação dos valores em presença mas, também, objetivos que visavam o desenvolvimento integrado do concelho, com ênfase na afirmação de Faro face à região.

Este instrumento de gestão territorial, apesar de ter sofrido diversas alterações, mantém, grosso modo, a classificação do uso do solo inicial, excetuando-se duas situações pontuais: a área abrangida pelo Plano de Pormenor do Parque das Cidades e a reclassificação e requalificação do solo, no sítio dos Braciais, para implementação de um programa de realojamento.

**Gráfico2** - Regime de uso de solo no concelho de Faro, segundo a sua classificação



Classe de Espaço	Área	
	[ha]	%
Espaços Naturais	11669	61,8
Espaços Culturais	147	0,8
Espaços Agrícolas	6994	37,0
Espaços Lagunares Edificados	65	0,3
Espaços de Indústrias Extractivas	22	0,1
<b>Solo Rural</b>	<b>18896</b>	<b>88,8</b>
Espaços Culturais	29	1,2
Espaços Urbanos	569	23,9
Espaços Urbanizáveis	952	40,0
Espaços de Equipamentos e Serviços	828	34,8
<b>Solo Urbano</b>	<b>2378</b>	<b>11,2</b>
<b>TOTAL DO CONCELHO</b>	<b>21274</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território, CM Faro, 2007, in “Relatório de Avaliação da Execução do Plano Director Municipal de Faro, 2008”.



Pela leitura do gráfico anterior verificamos que 11% da área do concelho se encontra classificada como solo urbano e 89% como solo rural. Por outro lado, verificamos que 75% do solo urbano assume a qualificação de espaço urbanizável e de espaço de equipamentos e serviços, sendo que o solo urbano consolidado, que inclui os espaços urbanos e os espaços culturais, situa-se nos 25% do solo urbano concelhio. Situação que deverá servir de base à reavaliação dos perímetros urbanos do concelho, de modo a obter-se uma estrutura territorial coerente e adequada ao quadro legal em vigor e às necessidades da população.

Considerando que os principais aglomerados urbanos do concelho que têm vindo a ser tratados (Faro, Montenegro, Patação, Conceição, Estoi, Santa Bárbara de Nexe e Bordeira) foram integrados no PDM de Faro na categoria de espaços urbanos estruturantes, correspondendo a malhas urbanas existentes com ocupação edificada consistente, que dispunham de infraestruturas urbanísticas, de equipamentos e de serviços que evidenciavam o seu grau de consolidação, podemos então afirmar com segurança que se tratava de áreas urbanas consolidadas já à altura da entrada em vigor do PDM de 1995. A tais espaços urbanos consolidados foram atribuídos espaços urbanizáveis de expansão que com base na fundamentação do próprio PDM consubstanciavam a capacidade de crescimento de cada um destes aglomerados e que, na sua totalidade perfaziam 619,5 ha, conforme indicam os dados recolhidos no REOT-Faro<sup>3</sup>. Do total da área dos espaços urbanizáveis de expansão apenas foram ocupados, em mais de 15 anos de vigência do PDM de 1995, cerca de 304,1 ha, o que equivale a menos de 50% dessa área e corrobora a ideia generalizada de que os perímetros urbanos foram sobredimensionados nos PDM de primeira geração, pelo que não se justificará, à partida, o aumento dos perímetros urbanos, no horizonte temporal do presente plano estratégico.

Por outro lado, como já vimos pela leitura da figura nº 4 o número de alojamentos no concelho de Faro é bastante superior ao número de famílias clássicas, em especial na cidade de Faro, onde se verificou a maior percentagem de ocupação de solo urbanizável de expansão, aproximadamente 60%. Apesar de também se ter verificado um aumento significativo no número de residentes, tal aumento é bastante inferior ao do número de fogos registados.

Ainda de acordo com a informação disponibilizada pelo REOT-Faro estão ainda disponíveis dentro dos perímetros urbanos traçados no PDM de 1995 as áreas para ocupação urbana identificadas no quadro seguinte.

Quadro 1 – áreas urbanizáveis de expansão disponíveis nos aglomerados urbanos estruturantes do concelho de Faro

Nome Aglomerado	PDM						SITUAÇÃO ATUAL							
	Espaço Urbano		Espaço Urbanizável		Total Per. Urbanos		Espaço Urbano				Espaço Urbanizável			
							Ocupado		Não Ocupado		Ocupado		Não Ocupado	
	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%
Cidade de Faro	337,234	60%	229,004	40%	566,238	100%	332,532	99%	4,702	1%	136,424	60%	92,580	40%
Montenegro/Gambelas	79,106	22%	287,329	78%	366,435	100%	68,805	87%	10,301	13%	140,604	49%	146,725	51%
Estoi	26,140	41%	38,038	59%	64,178	100%	20,111	77%	6,029	23%	6,517	17%	31,521	83%
Santa Bárbara de Nexe	9,155	24%	29,722	76%	38,877	100%	4,501	49%	4,654	51%	10,485	35%	19,237	65%
Conceição	10,857	42%	15,159	58%	26,016	100%	6,194	57%	4,663	43%	3,034	20%	12,125	80%
Patação	14,945	52%	13,594	48%	28,539	100%	12,286	82%	2,659	18%	5,523	41%	8,071	59%
Bordeira	24,265	79%	6,622	21%	30,887	100%	8,695	36%	15,570	64%	1,551	23%	5,071	77%
Total	501,7	45%	619,5	55%	1.121,2	100%	453,1	90%	48,6	10%	304,1	49%	315,3	51%

Fonte: Câmara Municipal de Faro – REOT-Faro (dezembro 2011)

Os espaços culturais referidos anteriormente correspondem, na sua maioria, aos núcleos históricos de Faro, onde se tem vindo a desenvolver um importante trabalho no âmbito da reabilitação urbana, designadamente, na preparação dos instrumentos que permitirão, tando à autarquia como aos privados enquadrar legal e financeiramente as operações que se espera trarão uma nova vida ao Centro Histórico de Faro.

Neste sentido, encontram-se já aprovadas três Áreas Reabilitação Urbana para a cidade de Faro: A Vila Adentro (abrangendo 8,2 ha e 178 edifícios); O Bairro Ribeirinho (abrangendo 8,15 ha e 456 edifícios) e a

<sup>3</sup> Câmara Municipal de Faro, Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) e Determinação do Âmbito da Avaliação Estratégica (AAE) e do Alcance e Nível de Pormenorização da Informação a Introduzir no Relatório Ambiental (RA), dezembro 2011



Mouraria (abrangendo 12 ha e 370 edifícios). Relembramos que Faro possui 22 imóveis classificados, dos quais 3 são monumentos nacionais, 16 imóveis de interesse público e 3 imóveis de interesse municipal, para além de 11 imóveis em vias de classificação. A maioria destes imóveis localiza-se dentro dos perímetros das Áreas de Reabilitação Urbana aprovadas, o que aumenta o valor patrimonial associado.

Já referimos que o concelho de Faro se encontra dotado de equipamentos de nível superior e influência regional e nalguns casos inter-regional, veja-se o caso do aeroporto internacional de Faro que também serve as vizinhas regiões do Alentejo e Andaluzia. Particularizando o tema dos equipamentos, verificamos que, ao nível da educação, Faro encontra-se dotado de estabelecimentos de ensino e apoio social à primeira infância de todas as valências e níveis de ensino<sup>4</sup>, desde a creche (equipamento social) ao ensino superior, totalizando 98 estabelecimentos, dos quais 39 integram a rede pública e 52 a rede privada ou cooperativa.

No sector da saúde, Faro detém 3 das 8 unidades hospitalares existentes na região, 1 centro de saúde na sede do concelho e 7 extensões (nos aglomerados urbanos mais significativos). De um modo geral, podemos afirmar que Faro apresenta, no sector da saúde, indicadores bastante favoráveis e acima da média regional. Em 2010<sup>5</sup>, o concelho de Faro dispunha de 8,9 médicos e 15,3 enfermeiros por cada 1.000 habitantes, o que é um valor muito confortável, tendo em conta que o rácio ideal definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é de 1 médico por cada 1.000 habitantes.

No âmbito do desporto o concelho conta com um total de 174 equipamentos desportivos, dos quais 12 grandes campos, 5 pistas de Atletismo, 75 pequenos campos, 17 campos de ténis, 18 salas, 10 pavilhões, 4 piscinas ao Ar Livre, 2 piscinas cobertas, 7 parques de atividades desportivas / bio - saudáveis, 2 campos de Padel, 1 Centro Náutico, 1 Circuito Manutenção, 6 Health Club, 1 Mini - Golfe, 1 Skate Parque e 1 Mini - Campo<sup>6</sup>. Para este cômputo contribuíram as áreas dos espaços de jogos e recreio, desporto da natureza e do parque escolar nas Escolas básicas de 1º ciclo.

Ainda no âmbito do desporto há a destacar o Parque das Cidades que, indubitavelmente, constitui uma nova centralidade entre os concelhos de Faro e Loulé, na localidade de São João da Venda. Trata-se de um empreendimento de interesse público desenvolvido para enquadrar a construção do Estádio Intermunicipal Faro-Loulé, no contexto da candidatura da Federação Portuguesa de Futebol à realização do Campeonato Europeu de 2004, mas que contempla outras valências integradas num complexo que visa propiciar o desenvolvimento e bem-estar das populações, nomeadamente nas áreas do lazer, desporto, cultura, investigação, saúde e ambiente.

No âmbito da logística, há ainda a considerar o Mercado Abastecedor da Região de Faro (MARF) que, por se caracterizar como sendo um moderno Centro Logístico, constitui um importante equipamento estruturante de interesse público, fundamental para o desenvolvimento regional e ordenamento urbano e comercial do Algarve. Esta estrutura dispõe de um conjunto de novos e funcionais espaços destinados aos diversos operadores do ramo alimentar e não alimentar, preparadores, armazenistas, distribuidores, transportadores, tal como a outros prestadores de serviços em atividades complementares

No âmbito do Ambiente há a considerar diversas temáticas, sendo que, ao nível do saneamento básico e do abastecimento de água, verificamos que Faro apresenta valores inferiores à média da região, motivo pelo qual haverá que fazer um esforço adicional para colocar o concelho ao nível da média regional se não numa posição superior, tratando-se da capital de distrito e a principal porta de entrada para a região. De facto, 92%<sup>7</sup> da população do concelho encontra-se servida por sistemas de abastecimento de água, contra 98% da população regional. No que concerne à cobertura por sistemas de drenagem de águas residuais, verifica-se no concelho de Faro uma cobertura de 83% da população contra 88% a nível regional. Estes valores irão no entanto melhorar de forma significativa em breve, graças aos fortes investimentos dos últimos anos para a realização das redes ainda em falta nas zonas rurais.

<sup>4</sup> Câmara Municipal de Faro, Carta Educativa do Concelho de Faro (2012-2017)

<sup>5</sup> INE – Anuário estatístico da região do Algarve 2010

<sup>6</sup> Fonte: Site do Município de Faro, elaborado em 12 Abril de 2012, a partir do seguinte endereço: <http://cm-faro.pt/menu/64/explorar.aspx>

<sup>7</sup> INE – Anuário estatístico da região do Algarve 2010





Já em matéria de recolha seletiva de resíduos urbanos, Faro apresenta um desempenho superior à média da região, 24% contra 22%, respetivamente do volume global de resíduos, o que evidencia em Faro uma preocupação acrescida com o ambiente em matéria de resíduos.

No que se refere à estrutura verde concelhia, contamos com uma estrutura verde principal aproximada de 45 ha e de uma estrutura verde secundária com cerca de 39 ha, encontrando-se afetos ao espaço verde público 18,4 ha. Aos valores aduzidos correspondem captações de 12 m<sup>2</sup> de estrutura verde principal/habitante e de 9 m<sup>2</sup> de estrutura verde secundária/habitante.

Podemos ainda referir que a temperatura média anual ronda os 19° e que Faro desfruta em média de 263 dias anuais sem precipitação.

De um modo geral e apoiados nos dados da CCDR-Alg, podemos afirmar que a qualidade do ar em Faro é boa. De facto, os indicadores disponíveis de monitorização da qualidade do ar de modo a proteger a saúde humana e os ecossistemas, revelam sempre, para Faro, valores abaixo do limite de emissões legalmente admitido, o que nos coloca numa posição confortável.

No domínio da energia, verificamos que os consumos<sup>8</sup>, por vetor energético, no concelho de Faro se repartem maioritariamente em quatro vetores: a eletricidade (32% do consumo global de energia), que assume a liderança; seguida de muito próximo pelo gasóleo rodoviário (31%); pela gasolina e gás auto (16%) e por fim o gás propano e butano (11% e 7% respetivamente). Donde se retira que cerca de 48% do consumo energético do concelho advém das necessidades de mobilidade rodoviária, o que, decididamente, é excessivo para um futuro, que se pretende mais verde e amigo do ambiente.

Já no que respeita aos sectores de atividade, verifica-se que o sector doméstico assume a liderança (com 35% do consumo concelhio de energia); seguido do sector dos serviços (com 34%); da iluminação de edifícios públicos (12%) e do turismo (7%), para falar apenas dos mais representativos.

Faro enquanto capital distrital, atraiu a si, não só os equipamentos de influência regional, mas também as infraestruturas, de entre as quais se destacam as de transportes distribuídas por todas as modalidades: rodoviária; aérea; ferroviária e marítima/fluvial, sendo de salientar o seu aeroporto internacional.

Ao nível das acessibilidades rodoviárias, o concelho encontra-se servido pela rede nacional fundamental que lhe permite a conexão ao resto do país e a Huelva (IP1-A2 e A22) e pela rede nacional complementar que assume um carácter estruturante para a região, atravessando-a longitudinalmente e permitindo a ligação ao aeroporto (EN 125 e EN 125-10). A malha rodoviária estruturante do concelho é completada pelo eixo que estabelece a ligação Norte/Sul e assegura a ligação às sedes de freguesia do interior do concelho, aos aglomerados do Barrocal algarvio e ao Alentejo. Para além destas infraestruturas de âmbito nacional e regional, a rede rodoviária do concelho é constituída por um conjunto de estradas municipais que embora possuam um nível de serviço inferior, desempenham uma função essencial na acessibilidade intra-concelhia, assegurando a ligação dos aglomerados de menor dimensão à sede do concelho<sup>9</sup>.

Ao nível da acessibilidade ferroviária o concelho encontra-se conectado à Linha do Sul que liga a região a Lisboa e ao resto do país, através da Linha do Algarve que atravessa longitudinalmente a região entre Lagos e Vila Real de Santo António. Também nesta modalidade o nível de acessibilidade é muito bom, considerando que a estação ferroviária se localiza no centro da cidade de Faro (sede do concelho), não obstante a falta de modernização da infraestrutura ferroviária, do material circulante e da reduzida flexibilidade dos horários e da intermodalidade, o que lhe retira bastante atratividade.

No âmbito das acessibilidades, há ainda a referir o Porto Comercial de Faro, que já teve bastante importância no transporte de mercadorias por via marítima, mas cuja utilização tem vindo a decair desde que o aeroporto deixou de ser abastecido por esta via.

O concelho de Faro insere-se no subsistema litoral central do Algarve, que abrange a faixa litoral entre Lagos e Tavira e que é caracterizado pelo seu desenvolvimento económico, por uma intensa urbanização

<sup>8</sup> AREAL (2012) Plano de Ação para a Energia Sustentável

<sup>9</sup> O Aeroporto Internacional de Faro como oportunidade para o desenvolvimento competitivo da região do Algarve-Relatório Final (maio 2008), consórcio Augusto Mateus e Associados, Bruno Soares-arquitetos e DHV



---

difusa e índices demográficos mais elevados, por interesses imobiliários e uma forte concentração turística e por bons padrões de acessibilidade<sup>10</sup>. A este fenómeno de urbanização difusa está associado um elevado índice de dependência do automóvel para a satisfação das necessidades diárias dos seus habitantes.

O mesmo fenómeno ocorre dentro da malha urbana dos maiores aglomerados urbanos, de que Faro é um caso exemplificativo, em virtude dos equipamentos sociais e serviços se encontrarem dispersos e em localizações periféricas, o que obriga a inúmeros movimentos pendulares que congestionam as cidades. No caso de Faro existe a agravante de boa parte do tráfego regional entrar no tecido urbano apenas por uma questão de atravessamento.

Os transportes coletivos rodoviários, pelas características que apresentam e se prendem com as baixas frequências, horários desajustados à procura existente e ainda, por questões de comodidade, não têm conseguido responder às necessidades de deslocação da população, pelo que não têm conseguido captar o mercado potencial que existe ao seu alcance.

Para melhor entendermos o impacto dos movimentos pendulares atente-se à análise evolutiva da população residente empregada e estudante no concelho de Faro, quanto ao seu comportamento ao nível das deslocações. De acordo com o Estudo de Mobilidade Interurbana do “Algarve Central”<sup>11</sup>, 87% da população empregada e estudante residente no concelho de Faro, em 2001, trabalhava e estudava no concelho, sendo apenas de 13% a parcela dessa população que se deslocava para fora do concelho. Ainda de acordo com o mesmo estudo, o concelho de Faro gera internamente, em 2012, 46.297 viagens diárias (origem/destino - dados retirados dos inquéritos ao transporte individual realizados em março 2012).

Perante este volume de veículos e passageiros, justificar-se-á que se desenvolvam novos esforços para que se promova a implementação de um sistema de transporte coletivo mais coerente, integrado e naturalmente mais atrativo.

---

<sup>10</sup> Plano de Mobilidade Sustentável – Faro | 2007, UAlg. e CMFaro

<sup>11</sup> DHV (2012) Estudo de Mobilidade Interurbana do “Algarve Central”: Relatório de Caracterização e Diagnóstico (Doc. provisório)